

DIVERSIDADE E DIFERENÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

DIVERSITY AND DIFFERENCE IN CHILD EDUCATION: THE ROLE OF THE PEDAGOGICAL COORDINATOR

Lucimar Gracia Ferreira **1**
Roselane Duarte Ferraz **2**

Resumo: O presente artigo é um recorte das experiências vivenciadas nos Estágios III e IV, referentes à Gestão na Educação e Populações Diferenciadas, ofertados no oitavo semestre do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Itapetinga. Assim, objetiva compreender o papel exercido pelo coordenador pedagógico frente às questões étnico-raciais, no contexto da creche. O trabalho é de abordagem qualitativa de cunho exploratório, que buscou construir os dados a partir da entrevista semiestruturada, junto ao coordenador da escola. Para análise foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Nos resultados, observamos que há uma intenção de buscar a melhoria da educação, mas, ao mesmo tempo, há um despreparo do coordenador pedagógico para propor orientações que provoquem tais transformações.

Palavras-chave: Coordenação pedagógica. Diversidade étnico-racial. Educação infantil.

Abstract: This article is a snapshot of the experiences lived in Stage III and IV, regarding the Management in Education and Differentiated Populations, offered in the eighth semester of the Pedagogy course, of the State University of Southwest Bahia (UESB), Itapetinga Campus. Thus, it aims to understand the role played by the pedagogical coordinator facing ethnic-racial issues, in the context of day care. The work is a qualitative approach of exploratory nature that sought to build the data from the semi-structured interview with the school coordinator. For analysis the content analysis technique was used. In the results we observe that there is an intention to seek the improvement of education, but at the same time there is an unpreparedness of the pedagogical coordinator to propose guidelines that provoke such transformations.

Keywords: Pedagogical coordination. Ethnic-racial diversity. Child education.

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora da Educação Básica (Municipal de Itapetinga). É membro do Grupo de Pesquisa e Estudos Pedagógicos – GPEP – UESB-BA. E-mail: lucimargracia@hotmail.com **1**

Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Graduada em Pedagogia (UESC). Mestre em Educação (UFU) e doutora em Educação (UFPE). É membro do Grupo de Pesquisa e Estudos Pedagógicos – GPEP – UESB-BA. Dedicou-se aos estudos sobre a Formação Docente e Práticas Pedagógicas. E-mail: rosedferraz2@gmail.com **2**

Introdução

As principais mudanças no campo do mercado de trabalho, nas organizações sociais e culturais chegam à educação como desafios para serem enfrentados, provocando questionamentos que nos levam a problematizar sobre a configuração que a escola, no exercício da sua função, precisa refletir e ressignificar.

Essas mudanças, por vezes, chegam às escolas por meio de políticas públicas que tentam reconfigurar o currículo e as práticas pedagógicas das dimensões que constituem a educação. Dentre elas, destacamos a Lei nº 10.639/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Tratamos, aqui, do compromisso que o coletivo da instituição de ensino assume ao se propor formar o sujeito cidadão e transformador, consciente do seu papel na sociedade, crítico e atuante com a realidade, pois almeja-se um ensino que proporcione aos sujeitos a participação efetiva da vida política, cultural e econômica da sociedade (PIMENTA, 1999).

Desta forma, destacamos a figura do coordenador pedagógico, profissional que, na sua função, assume a responsabilidade de promover a articulação do trabalho pedagógico, incentivando ações que venham contribuir para práticas reflexivas, pautadas em construções coletivas e condizentes com as demandas dos alunos.

Neste sentido, o trabalho pedagógico dos coordenadores tem se revelado complexo, uma vez que as demandas vivenciadas por estes profissionais exigem uma compreensão mais ampla das questões pedagógicas, no campo da relação ensino e aprendizagem, que ultrapasse a resolução de situações mais imediatas.

Tratando, em especial, das demandas da Lei nº 10.639/03, faz-se necessário discutir sobre as implicações das questões étnico-raciais no trabalho do coordenador pedagógico, no contexto da educação infantil. Como orientar os professores no trabalho pedagógico frente à diversidade? Quais demandas os professores da educação infantil apresentam ao trabalhar com as questões étnico-raciais? E como o coordenador pedagógico corresponde, pedagogicamente, aos dilemas de ordem étnico-racial?

Assim, para tentar elucidar essas questões, a pesquisa foi realizada no espaço da creche, com o objetivo de compreender o papel do coordenador pedagógico (FERNANDES, 2012), diante da questão étnico-racial. Neste sentido, devido aos grandes desafios e divergências referentes à diversidade étnico-racial e cultural (CAVALLEIRO, 2014; BRASIL, 1996, 2003, 2004, 2009) vivenciadas por crianças e professores no contexto da Educação Infantil, acreditamos ser relevante pensar na formação do profissional que está, diariamente, mediando essas relações.

Nesta perspectiva, compreendendo os estágios como referências nos cursos de licenciatura, principalmente no tocante à formação dos sujeitos que ensinam e aprendem (PIMENTA; LIMA, 2004; BURIOLLA, 2011), buscamos, nesta vivência, trazer para o campo da Educação Infantil reflexões sobre temas como a diversidade, respeitando as peculiaridades de cada um, pois o estágio consolida-se como um lugar privilegiado para a construção e fortalecimento da identidade profissional docente e configura-se um espaço fundamental na formação do professor.

Dessa forma, acompanhar o público da Educação Infantil, no espaço da creche, permitiu-nos explorar a temática da diversidade étnico-racial, direcionando o olhar para a função do coordenador e sua contribuição na formação continuada dos (as) professores (as), uma vez que o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) estabelecem a organização e planejamento do trabalho escolar coletivo que proporcione aprendizagens e conhecimentos sobre as diferenças no contexto da sala de aula (BRASIL, 1998, 2010).

É importante abordarmos as questões étnico-raciais, sendo estas um dos temas mais discutidos da atualidade (CAVALLEIRO, 2014; SANTANA, 2010), sua importância e relevância abrange uma necessidade de formação de educação, respeito e cidadania. É importante, também, observarmos que o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, previsto na Lei 10.639/03, abre um leque de oportunidades para que se aborde aspectos do cotidiano escolar, envolvendo a diversidade étnico-racial.

Metodologicamente, optamos pela abordagem qualitativa de cunho exploratório. O

instrumento utilizado para produção dos dados foi a entrevista semiestruturada (GIL, 2002; BOGDAN; BIKLEN, 1994; LAKATOS; MARCONI, 2003). Para a análise dos dados, decidimos trabalhar com a técnica de “Análise de Conteúdo” de Bardin (2010).

Educação infantil no contexto das diferenças

As discussões que norteiam o tema relações étnico-raciais buscam, dentre outros aspectos, o respeito à diversidade cultural que tem como contexto primordial o espaço escolar. A contemporaneidade nos trouxe muitas formas de conhecer o mundo e sua cultura, bem como novos desafios que se consolidam com os aparatos tecnológicos, mas, infelizmente, ainda são gritantes as várias maneiras de discriminação em relação ao negro encontradas na sociedade e, principalmente, no ambiente escolar (CAVALLEIRO, 2014).

Muitos séculos se passaram, porém ainda nos deparamos com paradigmas retrógrados que permeiam as relações entre os sujeitos e a discriminação contra os negros. Atualmente, mesmo com tantas vitórias conquistadas (BRASIL, 2003; 2009), estas não têm sido suficientes para superar, ao menos no contexto escolar, as várias formas de preconceito e discriminação existentes. Dessa forma, as

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão (BRASIL, 2009, p. 11).

Entretanto, é visível que a trajetória do negro em nosso país tem sido negligenciada no espaço da sala de aula, espaço este que deveria proporcionar aos sujeitos processos vastos de construção de conhecimento sobre a cultura negra e como estes vêm lutando para construir sua identidade e fazê-la ser conhecida e reconhecida. “Conhecer para entender, respeitar e interagir, aceitando as contribuições das diversas culturas, oriundas das várias matrizes culturais presentes na sociedade brasileira” (SILVA, 2001, p. 21).

Dessa forma, adentramos no campo da Educação Infantil que abrange os primeiros anos de escolaridade da Educação Básica, valorizando o processo educativo característico dessa etapa, em que o binômio cuidar e educar são inseparáveis, pois se completam simultaneamente. Segundo Santana (2010, p. 18):

É com o outro, pelos gestos, pelas palavras, pelos toques e olhares que a criança construirá sua identidade e será capaz de representar o mundo, atribuindo significado a tudo que a cerca. Seus conceitos e valores sobre a vida, o belo, o bom, o mal, o feio, entre outros, começam a se constituir nesse período.

As discussões sobre os cuidados na Educação Infantil implicam pensar nas condições necessárias disponíveis para o seu pleno desenvolvimento. O conceito de cuidar condiz com o compromisso e dedicação em elaborar tarefas visando à proteção e segurança a todas as crianças diariamente, “alimentação, banho, troca de fralda, proteção, consolo” (SANTANA, 2010, p.18). Todos esses cuidados precisam ser estritamente planejados, pois são fundamentais para o processo ensino-aprendizagem, transferidos através do contato e interações que acontecem no espaço escolar. Portanto, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil defende que educar significa:

[...] propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1998).

O professor, ao oferecer os seus cuidados com o propósito de educar, intensifica sua relação com a criança, tornando-se uma forte referência de interação com o mundo. E isso significa que todas as crianças devem receber os mesmos cuidados, aceitando e respeitando a sua cultura, condição social, econômica e física. Lamentavelmente, essa não é a realidade de muitas crianças negras. Segundo Cavalleiro (2014), o zelo e atenção oferecidos às crianças brancas acabam sendo superiores. É preciso seriamente repensar os padrões exigidos por uma elite e aceitos tranquilamente pela sociedade, pois essa realidade contribui para a expansão do preconceito e aniquilação de culturas.

Com a necessidade de melhor execução da Lei 10.639/03, o Conselho de Educação expressa ações rigorosas para as Diretrizes Curriculares Nacionais quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, por conseguinte aprovação do CNE 03/04 e sua Resolução 01/04. Tais regulamentações correspondem a uma “política curricular fundada em dimensões históricas, culturais, sociais e antropológicas oriunda da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros” (BRASIL, 2004, p. 10). Em 2008, a Lei 10.639/03 é alterada para a Lei 11.645/08, que mantém o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e acrescenta o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, tornando-se mais abrangente.

O coordenador pedagógico frente às relações étnico-raciais na Educação Infantil

Com essas e outras inquietações, surge a figura do coordenador pedagógico, que, em um período longo de tempo, vem sendo reorganizado e ajustado, tanto às novas diretrizes legais quanto às demandas escolares contemporâneas. O surgimento de sua função deu-se a partir de um desejo progressista, visando ao funcionamento de novas ideias de gestão escolar e processo ensino aprendizagem. Porém, hoje, devido à precariedade em sua formação, o coordenador tem se submetido a diversas condições de trabalho e funções que não são condizentes com o seu dever, comprometendo, assim, a sua real atribuição de coordenar, planejar e acompanhar todos os percursos didático-pedagógicos. De acordo com Bartman (1998, p. 1):

[...] o coordenador não sabe quem é e que função deve cumprir na escola. Não sabe que objetivos persegue. Não tem claro quem é seu grupo de professores e quais a suas necessidades. Não tem consciência do seu papel de orientador e diretivo.

Talvez a situação não seja somente essa como defende Bartman (1998), mas, também, a falta de toda uma instrumentalização qualificada e especificada de todos os envolvidos, o que provoca acarretamento do coordenador, não permitindo exercer sua função, de fato.

A figura do coordenador pedagógico na Educação Infantil deve buscar, dentre outras, consolidar práticas que abrangem as políticas de ações afirmativas da diversidade cultural envolvidas nas relações étnico-raciais no contexto escolar. Por esse motivo, é importante que o coordenador pedagógico inclua nos planejamentos pedagógicos com professores a temática da relação étnico-racial. As práticas pedagógicas desenvolvidas neste contexto devem respeitar a cultura da criança

e proporcionar-lhe conhecimentos oriundos desse espaço para o exercício da cidadania. Segundo Gomes (2003, p. 170-171):

A escola é vista, aqui, como uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade. É essa visão do processo educativo escolar e sua relação com a cultura e a educação — vista de uma maneira mais ampla — que nos permite aproximar e tentar compreender melhor os caminhos complexos que envolvem a construção da identidade negra e sua articulação com os processos formativos dos professores e das professoras.

Considerando os aspectos educacionais que envolvem as várias formas de diferenças existentes no ambiente escolar, estas devem contribuir para construção de uma identidade igualitária entre os sujeitos. A presença do coordenador pedagógico pode contribuir no estabelecimento das relações e intervenções da prática pedagógica do professor, para que barreiras sejam quebradas em prol de uma educação heterogênea e plural.

Almejando a possível desconstrução da realidade, por vezes, vivenciada na Educação Infantil (creches e demais escolas), buscando conhecer os desafios enfrentados nesse ambiente, é que pensamos nesta temática, carente de reflexões e análises por todos os envolvidos na educação. O caminho é desafiador, contudo é preciso que as instituições e toda equipe educadora não ignorem a realidade presente e busquem pressupostos para construir práticas alicerçadas na perspectiva de um mundo justo e benéfico.

Caminho percorrido

O objetivo deste trabalho foi compreender o papel do coordenador pedagógico na Educação Infantil frente à questão étnico-racial. Acompanhar este público, observando sua relação com a temática da diversidade étnico-racial direcionou o nosso olhar para a função significativa do coordenador pedagógico e sua contribuição para a formação continuada dos (as) professores (as).

Optamos por fazer uso da abordagem qualitativa, caracterizada “pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer” (GIL, 1989, p. 76). Assim, o pesquisador interage diretamente com o sujeito pesquisado. Para melhor esclarecimento sobre as questões levantadas e os objetivos sugeridos, a pesquisa foi de cunho exploratório, que permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado.

A pesquisa foi realizada no município de Itapetinga-BA, na modalidade de ensino da Educação Infantil (creche) de um bairro periférico. Tivemos como colaborador da pesquisa o coordenador pedagógico e, para a produção de dados, foi utilizado como instrumento a entrevista semiestruturada, que possibilitou-nos colher informações sobre o seu papel como coordenador e incentivador da formação continuada de professores, bem como seus conhecimentos sobre a Lei 10.639/03.

Dessa forma, a entrevista semiestruturada permitiu uma relativa flexibilidade, possibilitando ao colaborador liberdade para responder de forma mais aprofundada aos aspectos que considera relevantes. Conforme Pienta (2007, p. 21) “[...] o instrumento utilizado sendo este a entrevista, permite precisamente o cuidado no significado dos subjetivos, expressões dissimuladas, não reveladas por meio de um instrumento fechado seguindo um protótipo”.

Assim, este instrumento forneceu-nos um melhor entendimento e aprofundamento sobre a importância do papel do coordenador no espaço da creche e as dificuldades vivenciadas em seu cotidiano nas relações estabelecidas com seus pares, direcionando o estudo e a prática da Lei 10.639/03.

Compreendendo a relevância deste artigo, buscamos como técnica para análise dos dados a “Análise de Conteúdo”, pois é uma das técnicas mais utilizadas nas Ciências Humanas e na pesquisa qualitativa que consiste em trabalhar por categorias, visto que “é um método muito empírico, dependente do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como

objectivo” (BARDIN, 2010, p. 32).

Além disso, a análise de conteúdo nos dá liberdade para inovar constantemente, porque ela abrange um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2010, p. 33). Embora a análise de conteúdo seja um único instrumento a ser utilizado, proporciona diversas maneiras e flexibilização de comunicação. As dimensões da análise de conteúdo fazem com que exploremos campos inexplorados através da interpretação e percepção daquele que irá analisar as informações.

Resultados e discussões reflexivas

Os resultados e discussões buscaram apresentar o que foi produzido através da entrevista semiestruturada com o coordenador pedagógico. Na creche pesquisada, o coordenador pedagógico trabalha vinte horas, é graduado em Pedagogia e possui especialização em música. Sendo assim, na entrevista semiestruturada com o coordenador pedagógico as perguntas foram divididas em dois eixos. O primeiro eixo “A coordenação do trabalho pedagógico: a função, sua formação e a interação com os sujeitos escolares” e o segundo eixo “O Projeto Pedagógico da Creche e o trabalho do coordenador pedagógico: Planejamento e as orientações da Lei 10.369/03”.

Eixo 1: A coordenação do trabalho pedagógico: a função, sua formação e a interação com os sujeitos escolares

Neste eixo, tomamos como referência analítica as categorias concepções, formação e interação do trabalho do coordenador pedagógico, a partir das posições apresentadas pelo sujeito colaborador da pesquisa.

Compreendemos que a coordenação pedagógica, com base no contexto em que se insere e nas demandas e solicitações do sistema, assume a função de organizar, orientar o trabalho coletivo, ou seja, coordenar na diversidade, com uma pluralidade de ações pedagógicas, interlaçadas nas tarefas cotidianas (SOUZA, 2016).

A partir desta concepção, consideramos que o coordenador é um profissional que exerce a função de orientador das suas práticas docentes, aquele que fornecerá ideias metodológicas de trabalho, incentivando as ações dos professores. Conforme Fusari (2011, p. 2), o coordenador pedagógico deve ser incentivador do autodesenvolvimento dos professores, promovendo oportunidades sistemáticas de crescimento profissional.

Sua missão equivale à de um maestro. Em vez de músicos, ele rege professores para que esses repensem os princípios e objetivos educacionais, reconstruam os conhecimentos curriculares, revejam os critérios de avaliação, reinventem os modos de interação entre o educador e o educando e recriem os métodos de ensino intra e extraescolares. É desse modo que sua atuação contribui efetivamente para a escola cumprir sua função.

A formação do coordenador pedagógico é de suma importância. É claro que para tal função é preciso sua própria conscientização na busca pelo conhecimento. O domínio de suas atribuições e o cumprimento delas são indispensáveis, mas não são o suficiente, pois sua responsabilidade no desenvolvimento da atuação e qualificação dos resultados com as crianças e professores implicará em sua constante procura por novos saberes na construção de sua identidade. Lima e Santos (2007, p. 60) colaboram afirmando que:

[...] quanto mais se busca o conhecimento mais fica evidente que temos muito a aprender. Assim a identidade do coordenador pedagógico vai se construindo à medida que o conhecimento é consolidado em nós, e isso só é possível através da constante busca que por sua vez exige uma ruptura com o velho a fim de que o novo encontre espaço na práxis do coordenador pedagógico.

Para Valério (2013, p. 12), a função do coordenador está em “[...] construir práticas reflexivas, incentivar a liberdade de expressão e a disciplina do estudo, articulando os diversos saberes e experiências existentes na escola”. Das imputações dadas à função está a de ser articulador do projeto político pedagógico, formador do corpo docente, transformador do meio ambiente (mediador do currículo e dos docentes).

Ao tratarmos da relação interpessoal entre professores, coordenador e gestor, tendo como foco o trabalho pedagógico, observamos alguns aspectos. O primeiro deles refere-se à dificuldade de estabelecer esse encontro diário com os professores. Assim, o coordenador nos esclarece que:

Toda semana de acordo com a necessidade, às vezes mais de uma vez na semana, e geralmente na quinta-feira que é o dia que estou pela manhã e antes de fazer o planejamento com os professores geralmente eu converso com ela alguma coisa, também a gente articula pelo telefone, a gente está sempre em contato. Eu acho que mais ou menos porque, por exemplo, o que eu faço é pelo período da tarde, aí estou sempre pesquisando buscando atividades, fazendo levantamento caso tenha o projeto para fazer este é o tempo que tenho, porque assim, se eu estivesse aqui de manhã junto com as professoras elas não me deixam em paz. Esse tempo a tarde que eu estou aqui sozinho pra mim eu respiro no sentido de poder está elaborando o projeto de está podendo fazer as ações, está pesquisando as atividades e ao mesmo tempo buscando mais para poder oferecer pra elas entendeu. Eu sempre tive esse cuidado de estar estimulando até porque a gente sabe que professor tem que estar sempre buscando conhecimento tem que estar sempre se atualizando porque a educação não é mais prática vai mudando as realidades, mudam as crianças, mudam as perspectivas sociais que influenciam na nossa educação.

As relações estabelecidas no cotidiano escolar são necessárias para o bom desenvolvimento das atividades pedagógicas, visto que não haverá avanço se cada envolvido no contexto escolar estiver caminhando para lados opostos. Um aspecto importante que deve ser levado em conta é o papel do coordenador pedagógico como incentivador “[...] da aprendizagem permanente, da troca de experiências e do crescimento profissional dos professores” (FUSARI, 2011, p. 5). Assim, Freire afirma que (1996, p. 106):

Este é outro saber indispensável à prática docente. O saber da impossibilidade de desunir o ensino dos conteúdos da formação ética dos educandos. De separar prática de teoria, autoridade de liberdade, ignorância de saber, respeito ao professor de respeito aos alunos, ensinar de aprender. Nenhum destes termos pode ser mecanicistamente separado, um do outro.

É necessário que o educador compreenda que não existe dissociação entre teoria e prática, levando em consideração que a teoria pura não dá resultados e somente a prática pode se tornar vazia. Segundo Freire (1996, p. 22), quando separados, a teoria pode se tornar “blábláblá” e a prática “ativismo”. Dessa forma, o incentivo pela continuidade da formação tem que ser embasado na importância de se obter conhecimentos concretizados, tanto para a capacidade pessoal quanto para a melhoria da educação.

O cotidiano escolar, as vivências e dificuldades encontradas precisam ser acompanhados bem de perto, a parceria constituída entre o coordenador e professores permite um trabalho árduo, constante e em equipe, pois “[...] trabalhar juntos não é apenas um modo de construir relações e decisões coletivas, mas desenvolver o aprendizado [...]” (HARGREAVES; EARL; RYAN, 2001). Será possível prover, de fato, um aprendizado com qualidade quando aos encontros casuais. As tecnologias são fundamentais, mas não substituem a participação direta (pessoal) do coordenador.

Conforme Almeida e Placco (2011, p. 3), “o compromisso com o desenvolvimento dos professores tem de levar em conta suas relações interpessoais com os demais atores da escola, alunos, pais, comunidade [...]”. Portanto, o processo formativo desses professores está comprometido.

Sobre a função do coordenador pedagógico e sobre ser coordenador pedagógico, este assim relatou:

Porque assim, sou concursado professor e pela minha atuação aqui, os dois anos que fiquei na sala, o trabalho, a diretora sentiu necessidade de ter uma pessoa como coordenador, aí foi mais fácil eu que já estava na unidade, assumir o cargo que vim outra pessoa de fora que não tem conhecimento da realidade, não sabe o conhecimento do trabalho, aí me tornei coordenador por conta disso. [...] Estou satisfeito. [...]. É muita coisa, eu estou aqui no período da tarde, então a articulação que eu faço é no período da tarde, é uma articulação que eu faço no período da tarde e deixo para pessoal da manhã, eu estou sempre em contato como a gente não está visualmente aqui então geralmente esse contato é mais pela internet ou na quinta-feira que eu chego trago tudo me sento à mesa aí vem as questões: O que vocês têm? O que eu estou trazendo? e Tal...

Conforme relatado, a função exercida pelo coordenador não vem de um concurso cuja aprovação por mérito ocorreu, mas por causa do desvio de função que ele exerce como professor, assumindo o cargo de coordenador. É perceptível que há uma contradição, pois os professores da creche trabalham no turno matutino e o coordenador pedagógico trabalha no turno vespertino. Não há encontros diários entre eles, que é uma das atribuições do cargo, há somente um encontro uma vez por semana, no dia do planejamento, quando todos devem estar presentes. Assim, há uma discrepância no trabalho desenvolvido e no “ser coordenador pedagógico”, pois como pode um coordenador que não trabalha diretamente com seus professores? Há como desenvolver tal função sem a observação, diálogo e momentos de convivências? Certamente que isso interfere na qualidade do trabalho escolar desenvolvido.

Cunha (1995, p. 215) afirma que “na mesma direção de priorizar o ciclo básico, foi criada a figura do coordenador, a ser eleito pelos professores dessas classes. A eleição seria anual, à época do planejamento escolar, e deveria ser referendada pelo conselho de escola”, dessa forma, a instituição em questão não adota tal método para a escolha do coordenador; observando sua fala, o mesmo foi escolhido por sua atuação e tempo dentro da escola.

Eixo 2: O Projeto Pedagógico da Creche e o trabalho do coordenador pedagógico: Planejamento e as orientações da Lei 10.369/03

Na análise deste eixo, buscamos compreender como se dava o processo de organização curricular e a sistematização das intervenções pedagógicas do coordenador diante da perspectiva da diversidade étnico-racial na educação Infantil. Percebemos que as discussões que envolvem as relações étnico-raciais no contexto escolar são relevantes, pois tem como pressuposto não se silenciar diante das desigualdades e discriminação racial que fomentam e rotulam os negros como sujeitos sem direitos e inferiorizados (CAVALLEIRO, 2014). Conforme fala do coordenador:

Essa questão racial e o seguinte a gente busca trabalhar o todo. Então o projeto de direitos humanos a gente trabalha com projetinho questão de identidade então a gente busca trabalhar a questão de valores. Nesse sentido a gente engloba

essa parte de estar sempre buscando um vídeo, uma fotografia apresentar para os meninos a questão deles de identificar até a criança que é branca do cabelo liso, tem a criança que é branca do cabelo cacheado, crespo entendeu tem a branca do olho claro tem a moreninha do olho claro, então está nessa questão que é de mistura que está na nossa raça mesmo entendeu. E nesse sentido, a gente busca trabalhar com essas questões. Envio da própria atividade mesmo nesse sentido de identidade que a gente trabalha bastante com essa questão de identidade. Se eu te disser que tenho eu não me recordo, já têm dois anos que estou na coordenação, na verdade a gente pega o PPP muda as ações as ações nós elaboramos no planejamento anual, no começo do ano a gente refaz as ações o que mudar ou que deixa.

É possível afirmar que a obrigatoriedade da Lei 10.369/03 não se faz presente nas ações pedagógicas elaboradas pela equipe educadora, o colaborador da pesquisa afirma a existência do diálogo abrangendo todas as diversidades por consequência do projeto recebido pela escola advindo da Secretaria Municipal de Educação. Referindo-nos à construção moral e social dessas crianças, dentro de uma educação fragmentada e casual, “é preciso ultrapassar visões simplistas e equivocadas de que cumprir esta lei no cotidiano escolar é desenvolver projetos esporádicos sobre a cultura negra e indígena” (PINHAIS, 2013, p. 67). Quanto ao Projeto Político Pedagógico, o coordenador deixa clara a ausência das questões raciais e culturais. Dessa forma, Bento (2012, p. 120) ressalta:

A educação infantil, ao ser respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, possibilita que as unidades educacionais tenham maior autonomia na organização de seus currículos [...]. Entretanto, não há consenso em relação à concepção de currículo – adequado e necessário – às demandas das crianças em espaços infantis.

Embora as escolas tenham autonomia para flexibilizar o currículo, esta não tem feito conforme as especificidades da Educação Infantil, contextualizando de acordo com as vivências e necessidade das crianças. Portanto, ainda são percebidas resistência e uma superficialidade dos nossos educadores em se posicionarem neutros diante de tão séria realidade.

Percebemos a importância atribuída pelo coordenador ao se apropriar da Lei 10. 639/03 e da alternativa em procurar realizar atividades pedagógicas para tentar contemplar suas orientações legais.

Eu acho uma lei importante não só desta, mas, de toda que traçam nossa raça humana. Nós somos muitos misturados miscigenados. Aqui em Itapetinga mesmo vemos falar de índios, mas, temos ciganos também, não temos a comunidade quilombola, mas, temos pessoas que vem e agrega. O tempo de trabalhar eu acho que é todo dia, toda oportunidade que professor o estiver na aula ele vai vendo ali aquele momento de trabalhar esta questão da diferença étnica tem que ser trabalhado todos os dias não existe um dado momento. E ao mesmo tempo na semana você vai trabalhar um conteúdo, vai ver a criança faz uma pergunta você já pega aquele gancho. Quando estas questões chegam pra gente geralmente buscamos uma atividade, alguma coisa assim, historinhas infantis que venha tratar desta

questão, alguns vídeos.

No diálogo com coordenador está explícito que não há um planejamento para se trabalhar a lei 10.639/03, ou seja, esta é trabalhada de qualquer maneira, e quando é trabalhada aproveitam a oportunidade de aprendizagem não como tema específico ou transversalizado propositalmente com outros conteúdos escolares. Para Brandão (2006, p. 91):

A ausência desse questionamento na escola é prejudicial primeiramente ao grupo negro. Silenciar diante do problema não o apaga. Permite, porém, que cada um construa, a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente. [...] O racismo e seus derivados no cotidiano escolar deixam marcas, muitas vezes indelévels, para todos que interagem nesse cotidiano.

A Educação Infantil é o primeiro ambiente social da criança, constitui-se legalmente como base para o seu pleno desenvolvimento integral, considerando os aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, constituindo, assim, a sua identidade. Associada a esta dificuldade, temos ainda a carência formativa dos professores e do coordenador pedagógico, neste campo de conhecimento. Para Cavalleiro (2014, p. 33):

[...] a não percepção do racismo por parte das crianças também está ligada à estratégia da democracia racial brasileira, que nega a existência do problema. A ausência do debate social condiciona uma visão limitada do preconceito por parte do grupo familiar, impedindo a criança de formar uma visão crítica sobre o problema. Tem-se a ideia de que não existe racismo, principalmente por parte dos professores.

É sabido que a escola necessita de uma orientação em relação à Lei 10.639/2003, para que esta seja compreendida e as discussões sobre o tema possam ser incluídas nos planos de aula dos professores, visto que, além da sua obrigatoriedade, evidencia-se a necessidade e abrangência da mesma no espaço escolar, mesmo tendo a Educação Infantil suas limitações em relação à faixa etária, existem diversas maneiras de abordar o assunto.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, “as formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali” (BRASIL, 2004, p. 14). A escola é o espaço social pertinente para construção de valores e “cabe, portanto, ligar essas experiências ao cotidiano escolar. Torná-las conhecidas por todos os atores envolvidos com o processo de educação no Brasil, em especial professores/as e alunos (as)” (BRASIL, 2006, p. 22). Um professor que possui conhecimentos sobre a temática poderá agregar esses valores de forma contundente na vida pessoal e social da criança.

As práticas pedagógicas sobre a relação étnico-racial não estão presentes no espaço da creche, visto que não é compreendido como uma educação que visa à igualdade, mesmo descrito no Art. 5º da Constituição Federal de 1988 que “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”; trabalhar sobre as diferenças só é possível a partir da realização de projetos.

É importante salientar que estamos falando de crianças em desenvolvimento, e essa fase exige uma maior atenção e trabalho constante, ou seja, cotidianamente, não só aproveitar momentos ou projetos, mas provocar tais situações, incluindo, assim, em seu planejamento. A educação tem o poder de construir e reconstruir conceitos, dessa forma o espaço escolar torna-se um lugar favorável para ações positivas, superação das discriminações, além de ser viabilizadora de práticas curriculares que abordem a valorização da identidade da população negra. Essas garantias estão estabelecidas na LDB, nos artigos 26-A e 79-B, e com a promulgação da Lei 10.639/03. “Assim

sendo, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime” (BRASIL, 2004).

A educação voltada para o respeito e aceitação do diferente não pode estar dissociada da sala de aula, deve estar presente no brincar, na contação de histórias, nas músicas infantis, nas ornamentações feitas pelo professor, dentre outros. Porém, é importante o olhar atento e preciso do docente para que a todo momento a criança consiga internalizar e aprender valores que são necessários na formação do seu caráter.

Segundo Cavalleiro (1999, p. 48), “o silêncio da escola sobre a questão étnica tem permitido que seja ensinada a todas as crianças uma falsa superioridade branca – em beleza, cultura, inteligência e poder”. Talvez os envolvidos na educação escolar acreditem que as ações feitas são o suficiente, mas é necessário que haja mais empenho por parte de todos.

É visível na decoração do ambiente escolar a hierarquia branca, “enquanto a pessoa negra é representada na sua inferioridade, o branco é representado na sua superioridade por meio de imagens de anjos, príncipes e princesas e bailarinas” (SOUZA, 2016, p. 112) e o negro como o saci no canto escondido em uma moita. Como a afirmação dessa criança será refletida como algo bom se a todo instante o que predomina ao seu redor é afirmação do estereótipo branco? Vale refletirmos sobre isso.

Conforme afirma Cavalleiro (1999, p. 40):

A socialização torna possível à criança a compreensão do mundo, por meio das experiências vividas, ocorrendo paulatinamente a necessária interiorização das regras afirmadas pela sociedade. Nesse início de vida a família e a escola serão os mediadores primordiais, apresentando/significando o mundo social.

Em relação à maneira de trabalhar as questões étnico-raciais na Educação Infantil, de acordo com o coordenador não há um planejamento direcionado para as questões raciais. A maneira como o coordenador direciona a sua equipe deixa lacunas que podem não ser reparadas a tempo, quando trabalhada a temática de forma incoerente. Se o professor não receber a devida instrução para lidar com essas questões, cabe ao coordenador pedagógico cumprir o seu papel de formador, transformador e articulador, para que ajude o professor a refletir sobre sua prática.

Considerações finais

Nesta pesquisa, verificamos que a escola demonstrou pouco conhecimento sobre as relações étnico-raciais, é inevitável perceber os vestígios do racismo que vigora nas falas, no espaço escolar, no trato com a temática, dentre outros aspectos. Existe uma necessidade de ações que realmente visem à conscientização, a transformação da imagem do negro frente à sociedade discriminadora, visto que as pessoas, na grande maioria, afirmam não discriminar, mas também não apresentam ações que provem tal declaração.

A fim de buscar na educação infantil práticas pedagógicas que promovam a autoestima das crianças negras por meio dos materiais pedagógicos, brinquedos e brincadeiras e no cuidado da criança, para que ela tenha desde os primeiros anos o contato com a cultura afro-brasileira, promovendo, assim, uma sociedade mais justa e que respeite as diferenças, é que essas discussões foram realizadas. Segundo Cavalleiro (2014), a escola, como um espaço democrático, não pode ser omissa diante das relações étnicas; quando o educador não viabiliza essa educação obrigatória ele está impossibilitando o educando de compreender a sociedade e a sua cultura. Diante disso, a formação do educador que assume uma coordenação é imprescindível para que a educação construa novos horizontes que aponte para a formação da cultura, do respeito e do autorreconhecimento.

As responsabilidades atribuídas ao coordenador pedagógico são diversas, e é necessário levar em consideração a interação de todos os envolvidos no contexto escolar. Comunicação e debates são indispensáveis, visto que é por meio deles que surgirão novas propostas educacionais, análise do cotidiano e a busca por melhoria, será essa relação de parceria que viabilizará a aprendizagem e discussão de temáticas que merecem um melhor apanhado. Infelizmente, observamos na escola

pesquisada uma carência de aprofundamento nesses aspectos.

O desconhecimento da Lei nº 10.639/03, constatado nesta investigação, pode estar relacionado ao distanciamento das discussões e estudos em relação à temática racial e, também, ser oriundo de lacunas na formação inicial e continuada dos docentes. Fator não menos importante e que deve ser levado em consideração é a postura pessoal e política dos profissionais das escolas, que se silenciam sobre as necessidades de debates a respeito do tema.

Portanto, é fundamental enfatizar a necessidade de investir na capacitação dos educadores, principalmente dos que coordenam as práticas pedagógicas, para que possam incentivar e despertar o interesse na busca por formação continuada, tanto deles quanto dos demais envolvidos na educação do seu contexto escolar, para que, assim, possam construir metodologias de trabalho voltadas para a conscientização e valorização do ser humano e principalmente da cultura.

Referências

ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. de S. O papel do coordenador pedagógico: função é estratégica para mediação entre as diversas instâncias educacionais. **Revista Educação**, 2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.com.br/textos/142/artigo234539-1.asp>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARTMAN, T. S. Administração: **Construindo vantagem competitiva**. São Paulo: Atlas, 1998.

BENTO, M. A. S. Educação infantil. **Igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT. São Paulo, 2012.

BOGDAN, R. C; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, A. P. **Saberes e Fazer**. vol. 1, Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. [www.acordacultura.org.br]

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Resolução CNE/CP 1/2004 **Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC/SECAD; SEPPIR, jun. 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. — Brasília: MEC, SEB, 2010

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

BURIOLLA, M. A. **O Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2011.

CAVALLEIRO, E. S. O Processo de Socialização na Educação infantil: A Construção do Silêncio e da Submissão. **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.**, São Paulo, 9(2), 1999.

_____. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo. 2014.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1995.

FERNANDES, M. J. da S. O professor coordenador pedagógico nas escolas estaduais paulistas: da articulação pedagógica ao gerenciamento das reformas educacionais. **Educ. Pesqui.** [online]. 2012, vol. 38, n. 4, pp. 799-814.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUSARI, J. C. O papel do coordenador pedagógico na concepção do projeto político pedagógico, 2011. **Nova Escola Gestão**. Disponível em: <<http://gestaoescolar.org.br/aprendizagem/papel-coordenador-pedagogico-concepcao-projeto-politico-pedagogico-629895.shtml>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas 1989.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

HARGREAVES, A.; EARL, L.; RYAN, J. **Educação para mudança: recriando a escola para adolescentes**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

LIMA, P. G; SANTOS, S. M. dos. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. **Revista de Educação**. Educere et Educare. vol. 2 nº 4 jul./dez. 2007. p. 77-90.

PIENTA, A. C. G. **Aprendendo a ser professor: dificuldades e iniciativas na construção da práxis pedagógica do professor iniciante**. Dissertação. (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná: Curitiba – PR. 2007.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PINHAIS, Secretaria Municipal de Educação de. **Proposta Pedagógica Curricular, Educação Infantil**. Pinhais – Paraná: SEMED, 2013. 170 p.

SANTANA, P. M. S. Um Abraço Negro, Afeto, Acolhimento e Cuidado na Educação Infantil. In: TRINDADE, A. L. (Org.). **Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010, v. 5, p. 5-123.

SILVA, A. C. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001.

SOUZA, E. Q. de. **Crianças negras em escolas de “alma branca”**: um estudo sobre a diferença étnico-racial na educação infantil. São Carlos: UFSCar, 2016.

VALÉRIO, C. R. **O coordenador pedagógico e o processo de ensino aprendizagem numa escola rural de Brasilândia**, 2013.

Disponível em: <<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8119/1/2013>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

Recebido em 3 de agosto de 2019.

Aceito em 4 de setembro de 2019.